



**ACÓRDÃO Nº586/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11380/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Envira.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Raimundo Lira de Castro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP, DICREA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1182/2023-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Envira. Exercício de 2020.

*Irregularidade. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Envira, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do Senhor **Raimundo Lira de Castro**, Presidente da Câmara Municipal de Envira e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas "b" e "c", todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas "b" e "c", da Resolução nº. 04/2002.
- 10.2. **Aplicar multa** ao Senhor **Raimundo Lira de Castro**, Presidente da Câmara Municipal de Envira e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), com fulcro no artigo 54, inciso III, alínea "b", da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso III da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades correlacionados nos **itens 07; 08; 11; 13 e 14** da Fundamentação do Voto e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo



**ACÓRDÃO Nº586/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

**10.3. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. Os balancetes mensais, via sistema e-Contas, da Câmara de Envira, foram encaminhados a esta Corte de Contas **dentro** do prazo estabelecido pela LC nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, II, com nova redação dada pela LC nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015;

10.3.2. No exame das Folhas de Pagamentos do Poder Legislativo, constatamos a existência de apenas 04 funcionários efetivos na folha de pagamento da Câmara de Envira, apesar de constar 19 cargos criados na Lei Municipal nº 290/2021, (atualizada pela Lei nº 393/2020 para 20 cargos), tendo em vista grande lapso de tempo de ausência de realização de concurso público, em confronto ao ART. 37 da CF/88;

10.3.3. No mesmo sentido, constatamos a existência de 20 cargos comissionados criados na estrutura da Câmara Municipal de Envira pela Lei Municipal nº 393/2020, apesar de constar a lotação de apenas 4 funcionários efetivos na folha de pagamento em 2020, em confronto com a posição do Supremo Tribunal Federal de que uma Câmara deve guardar proporcionalidade entre o número de comissionados e efetivos;

10.3.4. Não consta na documentação apresentada à Comissão de Inspeção a fixação de previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de serviços a serem executados no exercício financeiro de 2020, de acordo com o respectivo cronograma (artigo 7º, §2º, III, da Lei nº 8.666/93);

10.3.5. Ausência da comprovação de ampla pesquisa de preço que estipulou o valor de R\$ 25.300,00 (vinte e cinco mil e trezentos reais),



**ACÓRDÃO Nº586/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

objeto da planilha de custo (§1º, do artigo 15, da Lei nº 8.666/93);

10.3.6. Na fase inicial do certame, os documentos e propostas não foram rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão, contrariando o §2º, do artigo 43, da Lei nº 8.666/93;

10.3.7. Ausência de comprovante de publicidade no quadro de aviso, conforme determina o artigo 21, §§2º, IV e 3º, c/c artigo 22, §3º, e artigo 38, II, todos da Lei nº 8.666/93;

10.3.8. As despesas com diárias para cobertura de despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana concedidas aos agentes políticos e servidores abaixo citados, não apresentam o comprovante de deslocamento do servidor, contrariando o expresso no art. 4º da Lei Municipal nº 15, de 13.08.2013, comprometendo assim a fiel liquidação das despesas em descompasso com o art. 63 da Lei nº 4.320/64;

10.3.9. Ausência de cópia legível da Declaração de Bens dos vereadores abaixo discriminados, em detrimento ao previsto conforme estabelece ao inciso XXII da Resolução TCE nº 06/2009;

10.3.10. A unidade gestora não adota o procedimento de controle interno relativo ao registro individualizado das obras e/ou serviços de engenharia;

10.3.11. A unidade gestora não adota o procedimento de controle interno relativo ao arquivamento em separado e de forma individualizada de "Pasta de Obra" para cada obra e serviço de engenharia;

10.3.12. O Projeto Básico não foi elaborado por profissional legalmente habilitado com o registro ART ou RRT, junto ao respectivo Conselho;

10.3.13. Não há emitido tempestivamente anotação ART/RRT de execução da obra ou serviço de engenharia, ou ocorreu substituição do profissional responsável técnico apontado no contrato sem a anuência da Administração e/ou com comprovação de capacidade técnico-profissional inferior ao primeiro ou às exigências em edital;

10.3.14. Não há emitido tempestivamente anotação ART/RRT de fiscalização da obra ou serviço de engenharia;

10.3.15. Ausência do Diário de obras ou documentação equivalente com registros de acompanhamento da fiscalização;

10.3.16. Ausência ou deficiência de acompanhamento adequado pela



**ACÓRDÃO Nº586/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

fiscalização;

10.3.17. Insuficiência de caixa para cobrir as obrigações financeiras. Com base nas informações fornecidas pelo Sistema E-contas - GEFIS verificou-se que as disponibilidades financeiras (R\$ 2.588,82) não são suficientes para cobrir as obrigações financeiras (R\$ 3.945,92) assumidas ao final de 2020, constatado descumprimento de suficiência de caixa.

- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de março de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral